



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 78, DE 2018

(nº 424/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 424

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Os méritos do Senhor Fabio Guimarães Franco que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de agosto de 2018.

Brasília, 2 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FABIO GUIMARÃES FRANCO**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FABIO GUIMARÃES FRANCO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 389 - C. Civil.

Em 8 de agosto de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *FABIO GUIMARÃES FRANCO*

CPF: 021.787.857-19

ID: 10448 MRE

1965 Filho de Renato do Rego Malheiros Franco e Arilva Guimarães Malheiros Franco, nasce em 8 de janeiro de 1965, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 Bachelor of Science em Finanças, College of Business Administration, Universidade de Illinois Champaign-Urbana, Estados Unidos

1992 CPCD - IRBr

2015 Curso de Altos Estudos - IRBr

Cargos:

1993 Terceiro-secretário

1998 Segundo-secretário

2005 Primeiro-secretário, por merecimento

2012 Conselheiro, por merecimento

2018 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1993-96 Divisão da Ásia e Oceania I, Assistente e Subchefe

1996 Embaixada em Hanói, Encarregado de Negócios

1996-97 Instituto Rio Branco, Assistente do Diretor

1997-01 Embaixada junto à Santa Sé

2001-04 Consulado-Geral em Montevideu (Cônsul-Adjunto)

2004-05 DAEX/Setor de Contratados Locais, Chefe

2004 Embaixada em Kinshasa, Encarregado de Negócios

2005-6 Ministério da Justiça, Chefe do Cerimonial

2006-08 Divisão da América Meridional II, Subchefe

2008-11 Consulado-Geral em Washington (Cônsul-Adjunto)

2011-15 Embaixada em Luanda

2015 Escritório Comercial em Taipé (Diretor)

Condecorações:

2001 Ordem de São Gregório Magno, Comendador (Santa Sé)

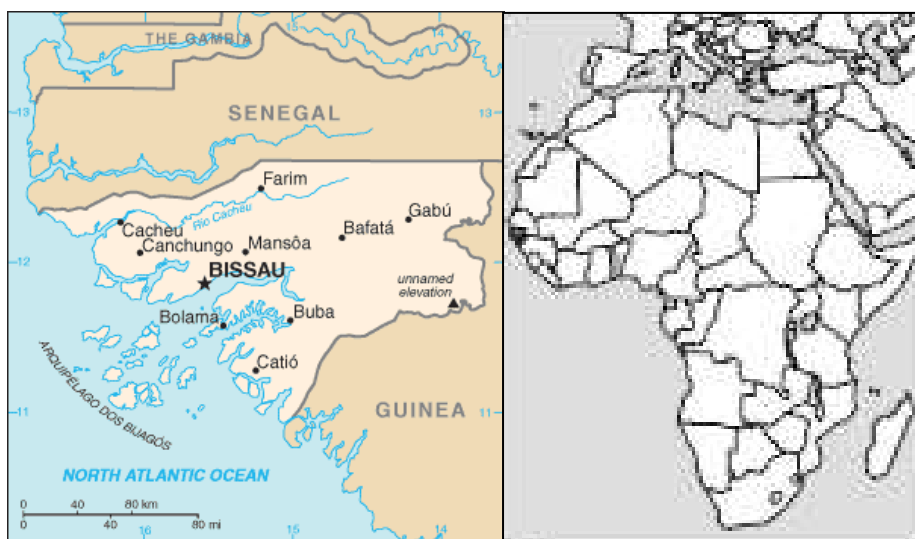
ALEXANDRE VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GUINÉ-BISSAU



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Guiné-Bissau
GENTÍLICO	bissau-guineense / guineense
CAPITAL	Bissau
ÁREA	36.125 Km²
POPULAÇÃO (2017)	1,861 milhão
LÍNGUA OFICIAL	Português (oficial), crioulo (kriol) e línguas africanas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Religiões africanas (50%), Islamismo (45%) e Cristianismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional Popular (unicameral; atualmente com 102 assentos)
CHEFE DE ESTADO	José Mário Vaz (desde 23 de junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Aristides Gomes (desde 16 de abril de 2018)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DAS COMUNIDADES	João Ribeiro Có (desde 25 de abril de 2018)
PIB Nominal (2017, Banco Mundial)	US\$ 1,23 bilhão
PIB Nominal per capita (2017, Banco Mundial)	US\$ 660
VARIAÇÃO DO PIB (% , Banco Mundial)	5,9 (2017); 6,3 (2016); 6,1 (2015); 1,0 (2014); 3,3 (2013), -1,7 (2012), 8,1 (2011); 4,6 (2010)
IDH (2015, PNUD)	0,420 (178º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	55,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2014)	60,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	11,6% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	franco CFA ocidental (XOF)
EMBAIXADOR EM BISSAU	Fernando Apparicio da Silva
EMBAIXADOR NO BRASIL	Rui Barai (Encarregado de Negócios)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS**INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC**

Brasil-Guiné-Bissau	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	10,75	8,43	11,69	14,76	21,21	7,72	4,90	2,64	3,39	3,70	3,74
Exportações	10,75	8,43	11,66	14,76	8,81	2,84	4,90	2,56	2,89	2,41	3,74
Importações	0	0	0,03	0	12,40	4,87	0	0,08	0,50	1,29	0

Informação elaborada em 27/07/2018, por Sarah de Andrade Ribeiro Venites. Revisada pelo D-DEAF, em 31/07/2018.

APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau está situada na África Ocidental e é banhada pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira com o Senegal, ao norte, e com a República da Guiné, ao sul e ao leste. A Guiné-Bissau é considerada, pelo Banco Mundial, um dos países mais pobres e frágeis do mundo.

A história da Guiné-Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, ambos ex-colônias portuguesas. Em 1956, o intelectual Amílcar Cabral (bissau-guineense de família de imigrantes cabo-verdianos) fundou, no exílio, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era promover a independência da Guiné-Bissau e sua união a Cabo Verde. A guerrilha contra o colonizador teve início em 1961. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os bissau-guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral, irmão de Amílcar, assumiu a presidência e instituiu regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por golpe de estado, chefiado pelo General João Bernardo “Nino” Vieira. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, abortando, assim, o processo de unificação dos dois países.

O processo de transição para a democracia começou em 1990, e o país adotou o pluripartidarismo em maio do ano seguinte. Seguiram-se mais de duas décadas marcadas por turbulências políticas e econômicas. Em 2009, Nino Vieira (que voltara à Presidência por meio das urnas em 2005) foi assassinado, supostamente por tropas leais ao antigo comandante das forças armadas, General Tagmé Na Waié (ele próprio morto horas antes em atentado a bomba). As eleições presidenciais antecipadas, em junho de 2009, foram vencidas pelo candidato do PAIGC, Malan Bacai Sanhá, que viria a falecer em 2012, de causas naturais. As novas eleições presidenciais foram interrompidas por golpe de estado perpetrado em abril de 2012, sob a liderança do então comandante das Forças Armadas, General Antonio Indjai. O rechaço da comunidade internacional, com significativo corte de ajuda externa ao país, forçou as autoridades militares a instaurarem um governo de transição civil, liderado por Manuel Serifo Nhamadjo, dissidente do PAIGC. O processo culminou na convocação de eleições gerais, em abril de 2014 – ocasião em que foi eleito o atual presidente da República, José Mário Vaz.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOSÉ MARIO VAZ

Presidente da República



Também conhecido como JOMAV, José Mário Vaz é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Portugal. Estagiou no Gabinete de Estudos Econômicos do Banco de Portugal com o então professor Cavaco Silva e foi, posteriormente, funcionário superior do antigo Banco Nacional da Guiné-Bissau. Concluiu o Curso de Análise Econômica e Política Financeira no Centro Africano de Estudos Monetários, em Dacar, e o Curso de Análise Econômica e Política Financeira no FMI, em Washington. Foi o primeiro presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau. Presidiu a Câmara Municipal de Bissau e o Conselho de Ministros da União Econômica e Monetária do Oeste Africano. Ocupava o cargo de Ministro das Finanças, no Governo deposto pelo golpe de abril de 2012. Mudou-se para Portugal e retornou à Guiné-Bissau em fevereiro de 2013, quando foi preso (e libertado três dias depois) a mando do Ministério Público, no contexto de inquéritos sobre alegado desaparecimento de EUR 9,1 milhões que Angola havia doado à Guiné-Bissau e que não teriam dado entrada nos cofres do Tesouro.

Foi o candidato do PAIGC nas eleições presidenciais de abril e maio de 2014, que marcaram o retorno à ordem constitucional no país. Foi eleito no segundo turno, com 61,9% dos votos válidos. Como Ministro das Finanças do Governo deposto, JOMAV tinha a preocupação de não atrasar o pagamento dos salários do funcionalismo, dos professores e também dos profissionais da saúde, fato que é amplamente citado e reconhecido pelos guineenses e que também lhe ajudou a conquistar a vitória nas eleições presidenciais.

ARISTIDES GOMES

Primeiro-Ministro



Aristides Gomes é sociólogo e cientista político formado pela Universidade de Paris VIII. Já exerceu o cargo de primeiro-ministro no passado, entre novembro de 2005 e abril de 2007. Membro do PAIGC desde 1973, desfilou-se do partido para formar o Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento (PRID), legenda que abandonou para regressar ao PAIGC em 2013. A nomeação de Aristides Gomes teve o apoio do PAIGC e do PRS (Partido de Renovação Social – principal partido de oposição ao governo).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país fora do bloco socialista a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau, ainda em 1974. A embaixada brasileira em Bissau foi aberta naquele mesmo ano. A embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi aberta em 2011, com financiamento brasileiro, por intermédio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Após o golpe de estado de abril de 2012, sob o comando do então Chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas, General António Indjai, a Guiné-Bissau foi submetida a virtual isolamento pela comunidade internacional. O Brasil não reconheceu o governo provisório, e as relações bilaterais ficaram praticamente paralisadas até as eleições gerais de abril e maio de 2014, que marcaram o retorno à democracia.

O último Chefe de Estado brasileiro a visitar a Guiné-Bissau foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005. Do lado bissau-guineense, em janeiro de 2015, o presidente José Mario Vaz participou da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff. O então primeiro-ministro Baciro Djá representou a Guiné-Bissau na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 1/11/2016. Do lado brasileiro, a mais recente visita de chanceler ocorreu em 2011 (ida do então chanceler Antônio Patriota a Bissau). Do lado bissau-guineense, o então chanceler Soares Sambu participou da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, no dia 31/10/2016.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica do Brasil com a Guiné-Bissau abrange diversas áreas, como saúde, agricultura, educação, formação profissional e fortalecimento das instituições do Estado. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau foi assinado em 18/5/1978 e promulgado em 1/8/1979. Em função do golpe de estado de 2012, a maior parte das iniciativas de cooperação foi temporariamente suspensa. Por ocasião das eleições gerais de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral, em atenção a pedido da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, enviou missão técnica para prestar apoio à organização do pleito. O Brasil

também enviou integrantes às missões de observação eleitoral da CPLP. Com a posse do novo Governo retomou-se plenamente o programa de cooperação técnica com o país.

A cooperação bilateral brasileira com a Guiné-Bissau chega a US\$ 2,2 milhões, dos quais o Governo brasileiro colabora com USD 1,8 milhão, para financiamento dos seguintes projetos:

1) Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão”, desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Desde 2006, o Centro de Formação já formou mais de 3.500 alunos nas 10 áreas de capacitação profissional oferecidas (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de microcomputadores, pedreiro, mecânica de autos, eletricista, encanador, manutenção de refrigeração e corte e costura). O lado bissau-guineense tem demonstrado dificuldades em assegurar sua contrapartida local nos projetos bilaterais, principalmente naqueles que envolvem a assunção dos salários dos técnicos locais nos projetos de grande escopo, como é o caso do Centro de Formação Profissional.

2) Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA. Foi contratado, em 14/06/2018, conforme previsto no documento de projeto, arquiteto guineense responsável pelo projeto de reforma arquitetônica necessária para instalação da referida unidade no espaço físico cedido pelo Centro de Processamento do Caju – CPC.

3) Projeto “Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e de outras doenças infecciosas na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde. Encontra-se em negociação a segunda fase do projeto “Fortalecimento do Combate ao HIV/Aids na Guiné-Bissau”. A primeira fase da iniciativa foi finalizada em novembro de 2016 e foi avaliada positivamente. Missão de prospecção da fase II do referido projeto foi realizada em junho de 2017 e pretende-se firmar o novo documento no segundo semestre de 2018.

4) Protocolo de entendimento firmado entre o TSE e a Comissão Nacional de Eleições – CNE/GB. Foi realizada, em agosto de 2017, missão de intercâmbio de conhecimentos de técnicos da área. A iniciativa foi proveitosa e, de acordo com informações transmitidas pelas autoridades guineenses, muito do que foi visto e aprendido durante a missão será colocado em prática no próximo pleito eleitoral guineense, previsto para o corrente ano. Vislumbra-se a possibilidade de continuidade na cooperação no âmbito eleitoral, após a realização do processo eleitoral nos dois países (no Brasil em outubro e na Guiné-Bissau previsto para novembro).

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta a solicitação urgente do Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau, em 2016 o governo brasileiro realizou doação de medicamentos antirretrovirais e outros insumos: 2.382.720 comprimidos/79.424 frascos de ARV Tenofovir 300 mg; 4.765.440 comprimidos/13.237 frascos de Lamivudina 150 mg; 2.382.720 comprimidos/79.424 frascos de Efavirenz 600 mg; 5 milhões de unidades de preservativos masculinos; 150 mil unidades de fluído oral para testes; 22 mil unidades de testes rápidos confirmatórios.

COOPERAÇÃO TRILATERAL

No âmbito da pauta de cooperação técnica trilateral, atualmente são desenvolvidas iniciativas em parceria com três organismos internacionais, a saber, UNESCO, PMA e FAO, nas áreas de educação, segurança alimentar e segurança pública. Cabe ressaltar que a parceria com a UNODC, que permitiu o estabelecimento do Centro de Formação das Forças de Segurança, foi encerrada em 2006, no entanto, a iniciativa continua sendo implementada na modalidade bilateral.

UNESCO – *Projeto Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas. Fase II.* Tem o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário por meio da melhoria da qualidade do ensino fundamental e da oferta de atividades complementares nas áreas de cultura, esporte e lazer para as crianças, os jovens, suas famílias e a comunidade local. O projeto permitiu, até o momento, a construção do Centro Educacional Amizade São Paulo (CEASP), inaugurado em novembro de 2014, que oferece ensino básico, da primeira à quarta série, para 210 crianças, bem como oficinas de educação não formal para os alunos da escola e jovens do Bairro São Paulo de Bissau. Atualmente, está sendo desenvolvido um plano de sustentabilidade do Centro, para garantir a continuação das ações após a conclusão do

projeto. A iniciativa deverá ser finalizada em dezembro de 2018 com a realização de um seminário internacional para a apresentação dos resultados finais.

UNODC (atualmente bilateral) – *Projeto Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau – Fase III*. Tem o objetivo de contribuir para a reestruturação e a modernização do setor de segurança da República da Guiné-Bissau. O projeto conta com um orçamento total de US\$ 1.464,598 e visa à incorporação do Centro de Formação na estrutura governamental da Guiné-Bissau.

UNODC – *Projeto Fortalecimento da Capacidade Jurídica dos Magistrados do Ministério Público da Guiné-Bissau*. Tem o objetivo de desenvolver as capacidades dos magistrados da Guiné-Bissau nas áreas de (i) combate à corrupção e lavagem de dinheiro; (ii) combate ao tráfico de drogas e de pessoas; (iii) combate ao terrorismo e técnicas de investigação; e (iv) tutela coletiva com ênfase na área ambiental. As atividades de formação preveem a realização de 4 módulos de capacitação para 40 magistrados cada. Foram realizados 2 módulos em 2016 e 2 módulos em 2018. Ainda em 2018, está prevista visita técnica de magistrados da Guiné-Bissau ao Brasil para a elaboração de manuais práticos de atuação e formação teórica do Ministério Público. A iniciativa será finalizada oficialmente em novembro de 2019.

PMA e FAO – *Projeto Fortalecimento do Programa de Cantinas Escolares de Guiné-Bissau*. Tem o objetivo de desenvolver capacidades técnicas e institucionais para elaboração e implementação de um Programa Nacional de Cantinas Escolares na Guiné-Bissau que contemple componente de compras locais e de fortalecimento da agricultura familiar, a partir de experiência piloto que envolverá 30 escolas espalhadas pelas oito regiões do país. O projeto, desenvolvido ao abrigo do *Programa de Execução Brasil-PMA para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar*, foi assinado em abril de 2018 e tem vigência até abril de 2020. Pelo Governo brasileiro, participam da iniciativa, além da ABC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEAD). A contribuição financeira do Governo brasileiro e do PMA para a execução do projeto será de cerca de US\$ 135 mil e US\$ 60 mil, respectivamente. O escritório da FAO em Bissau participou das reuniões preparatórias, realizadas em novembro de 2016 e março de 2017, em que se discutiu a elaboração do projeto. A FAO, contudo, não é signatária do documento. Reconheceu-se que a FAO, que dá apoio ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, deve ter participação na execução do projeto, no que se refere ao componente de agricultura familiar, e acordou-se que essa participação deverá ser negociada e devidamente formalizada. Esse arranjo de parcerias representa inovação significativa para a cooperação sul-sul trilateral brasileira uma vez que enseja uma ação integrada com dois organismos internacionais e um país parceiro.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A Guiné-Bissau é uma importante parceira nos Programas Estudantes-Convênio (PEC-G e PEC-PG). No PEC-G, a Guiné-Bissau ocupa o 2º lugar entre os países com maior número de participantes. O país voltou a enviar candidaturas em 2016, após ter sido “suspenso” do PEC-G durante o período de instabilidade institucional interna. Após esse interregno, notou-se tendência de que os alunos da Guiné-Bissau venham ao Brasil para cursos em universidades particulares, nem sempre credenciadas junto ao MEC e ao amparo de bolsas concedidas por ONGs locais. Desde o ano 2000, 1.391 estudantes da Guiné-Bissau participaram do PEC-G, e 59, do PEC-PG.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

A quase totalidade do comércio bilateral com a Guiné-Bissau corresponde às exportações brasileiras. Em 2015 e 2016, o Brasil chegou a importar castanhas (sob a rubrica “cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados”), mas não há registro de importação em 2017. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2017 foram açúcar (38% do total), extratos de malte (15,1%), e arroz (14,9%). Não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau, tampouco registro de investimentos do país africano no Brasil.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

A Guiné-Bissau tem dívida soberana com o Brasil no valor de US\$ 38.849.734,40. Os entendimentos alcançados com o governo bissau-guineense e já aprovados pelo Comitê de Avaliação de

Créditos ao Exterior (COMACE) preveem um abatimento de 95% do montante da dívida. Caso o perdão de 95% proposto pelo Executivo venha a ser confirmado pelo Senado Federal, o saldo remanescente, de US\$ 1.942.486,72, poderá ser pago pelo governo da Guiné-Bissau em 20 parcelas semestrais.

ASSUNTOS CONSULARES

A rede consular brasileira na Guiné-Bissau restringe-se ao Setor Consular da embaixada em Bissau. Não há cônsules honorários do Brasil no país. Há cerca de 300 brasileiros residentes. A comunidade brasileira é composta essencialmente por missionários religiosos e funcionários de organismos internacionais. Não há empresas brasileiras em operação no país.

Há dois cidadãos brasileiros presos, acusados de tráfico de drogas, na Guiné-Bissau. As autoridades guineenses solicitaram a transferência para cumprimento de pena dos detentos ao Brasil, o que está sendo analisado pelas autoridades centrais dos dois países, com base na Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

POLÍTICA INTERNA

O PAIGC foi o grande vencedor das eleições gerais de 2014. Obteve 57 dos 102 assentos na Assembleia Nacional Popular, seguido pelo Partido da Renovação Social (PRS), com 41 assentos. As eleições presidenciais foram vencidas, no segundo turno, pelo candidato José Mário Vaz (PAIGC), com 61,9% dos votos, contra 38,1% do opositor Nuno Gomes Nabiam (independente). A comunidade internacional – amplamente presente no terreno por meio de missões de observação eleitoral – foi unânime ao atestar a lisura e a legitimidade do pleito. Diante dos resultados amplamente favoráveis ao PAIGC, o Presidente do partido, Domingos Simões Pereira, foi nomeado Primeiro-Ministro. Houve dificuldades de relacionamento entre o presidente da República e o então primeiro-ministro. Um dos principais motivos seria a própria ambiguidade na Constituição da Guiné-Bissau quanto às competências de cada autoridade. Em agosto de 2015, o Presidente anunciou a exoneração de Domingos Simões Pereira, desencadeando sucessivas nomeações malsucedidas, na falta de aprovação de programas de governo.

A aprovação do programa de governo pela Assembleia Nacional Popular (ANP) no prazo de três meses a partir da nomeação de um primeiro-ministro é exigência constitucional na Guiné Bissau. Se o programa de governo não é aprovado em primeira votação, é possível submetê-lo para uma segunda e última apreciação. Em dezembro de 2015, o então primeiro-ministro Carlos Correia (PAIGC) não conseguiu aprovar o programa de governo, em razão da abstenção de quinze deputados de seu partido. Os quinze foram afastados do PAIGC, levando à perda da maioria absoluta do partido na ANP. Seguiu-se, a partir de janeiro de 2016, bloqueio da plenária da Assembleia que se estendeu até abril de 2018 e que impediu que todos os primeiros-ministros que se sucederam no cargo após Correia lograssem ver examinados seus respectivos programas de governo.

Na sequência de Domingos Simões Pereira (PAIGC), Baciro Djá (PAIGC), Carlos Correia (PAIGC), novamente Baciro Djá, Umaro Sissoko Embaló (PAIGC) e Artur Silva (PAIGC), Aristides Gomes (PAIGC/PRID) foi o sétimo primeiro-ministro a tomar posse, desde as eleições legislativas de 2014. O PAIGC e o PRS arvoraram para si a iniciativa de ter proposto o nome de Aristides Gomes, que assumiu o cargo aos 16 de abril de 2018.

A principal missão do primeiro-ministro é conduzir o governo até as eleições gerais previstas para o próximo dia 18 de novembro. Entre os objetivos apontados por Aristides Gomes estão: a) atacar os fatores que causam a crise política; b) administrar um governo de consenso; c) buscar a estabilização social e econômica do país de forma a haver diálogo entre todas as partes; d) trabalhar na necessidade de refundação do Estado da Guiné-Bissau, de forma a evitar sucessivas crises políticas, como tem sido até agora. Segundo o primeiro-ministro, estão sendo estudadas reformas estruturais nas áreas de defesa e segurança, justiça, administração pública e organização econômica.

No último dia 19 de abril, o plenário da ANP elegeu José Pedro Sambú para a presidência da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau. Secretário-executivo e, nessa condição, presidente interino da Comissão, José Pedro Sambú havia estado no Brasil em outubro de 2016, a convite do TSE, para acompanhar a realização das eleições municipais brasileiras. Na ocasião, Sambú e o então presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, assinaram memorando de entendimento sobre intercâmbio de

experiências entre o Brasil e a Guiné-Bissau em matéria eleitoral, ao abrigo do qual algumas atividades já foram realizadas. No mesmo dia 19 de abril, moradores da capital foram surpreendidos com o corte de água canalizada e energia elétrica. Bissau ficou às escuras durante quatro dias. A medida, sem qualquer aviso prévio à população, foi tomada pelo novo primeiro-ministro, Aristides Gomes, que proibiu, por meio de medida provisória, a movimentação de todas as contas públicas até a formação do novo governo. Houve comentários de que a decisão de impedir gastos teria a finalidade de evitar o escoamento de recursos públicos disponíveis pelos ministros e outras autoridades cessantes.

O presidente José Mário Vaz anunciou, no dia 25 de abril, o novo governo do primeiro-ministro Aristides Gomes, após tensas negociações mediadas por comissão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO tem desempenhado, como se verá adiante, papel central como mediadora da crise política em Bissau. Ao todo, foram distribuídos 18 ministérios e 8 secretarias de Estado. No dia 30 de abril, causou surpresa a nomeação de Botché Candé, um dos sancionados pelas CEDEAO, como Ministro da Defesa e da Segurança Interna e Externa, por decreto assinado pelo PR José Mário Vaz. A manobra do presidente desrespeita o acordo obtido junto à CEDEAO e aos partidos políticos de um "Executivo de consenso".

Em 19 de junho, os deputados da Assembleia Nacional Popular aprovaram, por unanimidade, o programa de governo do primeiro-ministro Aristides Gomes. Ao apresentar o programa de governo aos parlamentares, Aristides Gomes referiu-se às eleições legislativas de 18 de novembro e declarou que o governo tudo fará para a criação de condições técnicas e materiais para que as eleições sejam uma realidade no país. Entre outros assuntos abordados, o primeiro-ministro fez alusão a sanções impostas (pela CEDEAO) contra políticos do país e anunciou que estão sendo feitas diligências para o seu levantamento.

POLÍTICA EXTERNA

CEDEAO

Em setembro de 2016, diante da perspectiva de agravamento da crise política, realizou-se missão de chanceleres da CEDEAO à Guiné-Bissau, com o objetivo de encontrar soluções para o impasse interno. Ao cabo da missão, a CEDEAO comunicou a adoção de um Plano de Crise baseado em seis pontos: (i) promover um diálogo inclusivo; (ii) formar um governo de consenso; (iii) levar a cabo a reforma da Constituição; (iv) estabelecer um mecanismo de monitoramento; (v) implementar o Programa de Reforma da Defesa e Segurança; e (vi) proceder à desmobilização gradual da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB – *ECOWAS Mission in Guinea-Bissau*), no prazo de seis meses.

Ao abrigo do Plano, representantes dos partidos políticos e da sociedade civil guineense reuniram-se em Conacri, em outubro de 2016, e negociaram o Acordo de Conacri, que, sob a supervisão da CEDEAO, estabeleceu que um primeiro-ministro, da confiança do presidente da República, deveria ser designado. Além disso, um governo inclusivo, cuja composição refletisse a participação dos partidos no Parlamento, deveria ser formado. O Acordo de Conacri não fez constar qualquer nome supostamente consensual para assumir a chefia do governo guineense. Diante disso, José Mário Vaz nomeou um dos seus assessores mais próximos, Umaro Sissoko, para chefiar o novo governo empossado em dezembro de 2016. O PAIGC não aceitou a indicação de Sissoko e declarou que se dissociaria do novo governo.

Na cimeira da CEDEAO realizada em Monróvia, em 4 de junho de 2017, José Mário Vaz pediu aos seus homólogos para transferir para a Guiné-Bissau o trabalho de facilitação de um entendimento que permitisse solucionar a crise político-institucional em que se encontrava o país. Nesse sentido, foi realizada tentativa de mediação pelo chamado Grupo de Mulheres Facilitadoras do Diálogo, capitaneado pela militante histórica do PAIGC Francisca “Zinha” Vaz. Ao cabo dos trabalhos, foi entregue relatório ao presidente da República, no qual se salientava a importância da construção de espaços de diálogo organizado e permanente, e lamentava-se o acirramento da crise político-institucional, a qual teria levado o país a uma situação de completa estagnação.

Entre 25 e 27 de julho de 2017, o Embaixador Mauro Vieira, na qualidade de Presidente da Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz da ONU (CCP), realizou missão ao país. A visita teve o objetivo de verificar o desenvolvimento do processo de diálogo nacional, por meio

de encontros com autoridades do governo, missões diplomáticas, sociedade civil e organismos internacionais.

O Presidente José Mário Vaz apresentou, na cimeira da CEDEAO realizada em dezembro de 2017, em Abuja, Roteiro para a Saída da Crise Político-Institucional da Guiné-Bissau. O roteiro propunha a aceitação da reintegração imediata e incondicional dos parlamentares afastados do PAIGC; a reabertura imediata da plenária da Assembleia Nacional Popular; e a exoneração do primeiro-ministro Umaro Sissoko em prol da indicação de um nome de consenso. Umaro Sissoko foi exonerado no dia 16 de janeiro de 2018. O roteiro de José Mário Vaz propunha, ademais, a realização de eleições gerais apenas em 2019, desrespeitando, na prática, os prazos constitucionais que preveem eleições legislativas para 2018.

O então representante especial do SGNU para a Guiné-Bissau, Modibo Touré, esteve no país no dia 22 de janeiro de 2018, tendo informado o corpo diplomático de que a missão da CEDEAO a Bissau (em 18 de janeiro) foi incisiva em exigir a implementação do Acordo de Conacri, sob pena de imposição de sanções, tendo defendido explicitamente a nomeação de Augusto Olivais como primeiro-ministro. Mobibo Touré confirmou a informação de que o PAIGC aceitou a reintegração dos deputados dissidentes do “Grupo dos 15” na estrutura do partido, nas funções que exerciam previamente à expulsão (embora, a essa altura, o Grupo tivesse apenas 11 integrantes: dois deputados já haviam retornado ao partido e dois haviam falecido).

Na sequência da nomeação de Artur Silva, em janeiro, nova missão de alto nível da CEDEAO foi a Bissau (dia 31 de janeiro de 2018). A missão sinalizou que a CEDEAO aceitaria outro nome que não o de Augusto Olivais, desde que fosse apoiado pelo PAIGC, mas, na ótica da missão, Artur Silva não reunia o consenso necessário. Assim, a organização optou por estabelecer sanções a 19 personalidades do país por alegada obstrução ao Acordo de Conacri. Na sequência do anúncio das sanções, interpretadas por parte da população como indevida ingerência estrangeira nos assuntos internos do país, houve protestos diante da representação da CEDEAO em Bissau.

Em comunicado conjunto divulgado no dia 08 de fevereiro, o SGNU, António Guterres, e o *Chairperson* da União Africana, Moussa Faki Mahamat, manifestaram apoio às medidas implementadas pela CEDEAO. Posteriormente, em 28 de fevereiro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou, por unanimidade, a Resolução 2404, que estende o mandato do Escritório Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) por um período de 12 meses, até 28 de fevereiro de 2019. O documento define como prioridades para atuação do UNIOGBIS o apoio à implementação do Acordo de Conacri e do roteiro da CEDEAO, além de apoio ao processo eleitoral para garantir eleições legislativas em 2018, de acordo com o arcabouço legal. Sobretudo devido à oposição da China e da Rússia, o texto apenas “toma nota” e “reconhece” as sanções impostas pela CEDEAO, sem apoiar abertamente as medidas contra as 19 personalidades sancionadas.

Em linhas gerais, essa é a mesma posição do Brasil, que prefere enxergar nas eleições legislativas previstas para 2018 o caminho mais adequado para a solução do impasse político, não apoiando, por princípio, a imposição de sanções como meio para se chegar a bom termo em negociações sobre problema que tem origem em desavenças internas no seio do partido governista. Nesse sentido, é importante destacar que o nome de Augusto Olivais tampouco era consensual, já tendo o PRS se posicionado contra sua indicação como primeiro-ministro.

O tema tem repercutido nas reuniões da CPLP, havendo pressão da imprensa portuguesa para que a Secretária Executiva da organização, Maria do Carmo Silveira, profira um posicionamento sobre as sanções impostas pela CEDEAO. Entretanto, entre os países membros do bloco, não há consenso sobre a eficácia das sanções; além disso, sendo as decisões dentro da organização necessariamente obtidas por consenso, conforme estipula seu estatuto, torna-se tecnicamente impossível obter apoio da Guiné-Bissau a sanções impostas contra suas próprias autoridades.

A posição brasileira tem sido a de angariar apoio para a realização de eleições legislativas transparentes e legítimas em 2018, conforme estipula a Constituição do país. Há, contudo, alguns obstáculos a serem superados: o primeiro deles é a capacidade logística do país para organizar o pleito ainda este ano. O apoio que o Brasil oferece poderá, neste ano, ser mais modesto, uma vez que são grandes as possibilidades de o sufrágio na Guiné-Bissau, se realmente realizado, coincidir com as eleições presidenciais no Brasil, dificultando o envio de missão relevante.

CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é considerada importante parceira internacional da Guiné-Bissau e integra, juntamente com ONU, União Europeia, União Africana e CEDEAO, o “Grupo dos cinco parceiros internacionais” do país. Esse grupo tem estado articulado e em permanente diálogo com os principais atores políticos guineenses desde o início da atual crise política, buscando contribuir para um desenlace negociado e constitucional.

A Guiné-Bissau nutre expectativas em relação ao apoio da Comunidade ao país, sobretudo no que se refere à defesa dos interesses guineenses em foros internacionais, ao fornecimento de assistência técnica para o reforço da capacidade institucional e a contribuições ao orçamento do país. Por sua vez, a CPLP tem reiterado seu compromisso de apoiar o governo da Guiné-Bissau, em concertação com os demais parceiros internacionais, no esforço de reconstrução do país, no reforço das instituições democráticas e nas reformas nas áreas de defesa e segurança, justiça, administração e finanças públicas. Nesse sentido, criou-se uma rubrica no Fundo Especial, intitulada “Cooperação da CPLP com a Guiné-Bissau”, com vistas a apoiar projetos apresentados pela Guiné-Bissau nas áreas consideradas prioritárias - área social, com ênfase no setor de saúde, privilegiando mulheres e crianças como público beneficiário, e formação e requalificação profissional.

ONU

O Brasil exerce a Presidência da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (CCP), desde sua criação, em 2007. A CCP tem procurado mobilizar o apoio da comunidade internacional com vistas a: (i) garantir condições para a conclusão do primeiro ciclo democrático completo no país; (ii) combater a insegurança alimentar; (iii) coordenar iniciativas para a implementação do processo de Reforma do Setor de Segurança; e (iv) incentivar medidas de prevenção e combate ao vírus ebola. A CCP mantém um Escritório Integrado de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), atualmente comandado pelo embaixador José Viegas Filho.

O Representante do Brasil junto às Nações Unidas, embaixador Mauro Vieira, tem realizado viagens de trabalho ao país, na condição de presidente da Configuração Guiné-Bissau. A mais recente se deu de 24 a 26 de julho último.

União Europeia

A União Europeia (UE) manifesta-se com recorrência sobre a permanentemente frágil situação securitária e institucional do país. O bloco anunciou, às vésperas da Conferência Internacional de Bruxelas, em 2015, a suspensão das sanções coletivas que havia imposto ao país. Apoiou, contudo, a manutenção de sanções individuais impostas pela ONU, contra “pessoas, entidades e organismos que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade da República da Guiné-Bissau”. Em 2018, a UE manifestou apoio às sanções impostas pela CEDEAO.

Portugal

Lisboa vem demonstrando empenho em retomar a agenda de cooperação bilateral. Altas autoridades portuguesas já visitaram o país desde o retorno à democracia, como o ex-primeiro-ministro Pedro Passos (2015) e o ex-chanceler Rui Machete (2014). Na esteira da reaproximação, foi assinado, por ocasião da visita do ex-primeiro-ministro português, o Programa Estratégico de Cooperação 2015-2020, ao abrigo do qual se assegurou a liberação de EUR 40 milhões prometidos por Portugal, na Conferência de Bruxelas, para projetos de cooperação. Igualmente digna de nota foi a assinatura, em março de 2015, de Acordo de Cooperação Técnico-Militar, que prevê três ações principais: reativação de programa de ensino militar, doação de dois botes pneumáticos com motores à marinha bissau-guineense e apoio de engenheiros militares na avaliação das necessidades das forças armadas do país.

No último dia 26 de junho, chegou a Bissau missão portuguesa, para examinar possibilidade de apoio ao governo guineense no processo de recenseamento eleitoral, tendo em vista as eleições de 18 de novembro próximo. O recenseamento eleitoral é, na Guiné-Bissau, atribuição do governo, por intermédio

do Gabinete de Apoio ao Processo Eleitoral (GETAP), órgão do Ministério da Administração Territorial. O apoio técnico de Portugal consistiria na doação ou empréstimo de *kits* para o recenseamento biométrico dos eleitores. Deve-se lembrar, ainda, que Portugal mantém um dos três centros culturais instalados em Bissau (ao lado de Brasil e França).

Nigéria

A Nigéria é um ator tido como essencial para o equilíbrio da Guiné-Bissau. O país figurou entre os principais doadores individuais para as eleições gerais de 2014, quando contribuiu com US\$ 6 milhões, além de 150 *kits* eleitorais.

Angola

Os guineenses nutrem pelos angolanos uma relação de proximidade histórica e política que não encontra paralelo nas relações com os países da África Ocidental, em função das relações históricas entre os dois países, que remontam à época da luta anticolonial. As relações bilaterais ficaram estremecidas quando, com o golpe militar de 2012, a missão interposta por Angola na Guiné-Bissau (MISSANG) foi expulsa do país e substituída pela Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau (ECOMIB). Marco na reaproximação bilateral foi a visita do Presidente da Assembleia Nacional Parlamentar (ANP) da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, a Luanda, em junho de 2015. Na ocasião, Cassamá pediu desculpas ao povo de Angola “pelos acontecimentos vergonhosos e tristes ocorridos em 12 de abril de 2012” (data do golpe militar).

No dia 10 de abril de 2018, o vice-presidente da Assembleia Nacional de Angola, general Higinio Carneiro, chefiou delegação de alto nível que realizou visita de trabalho a Bissau. O objetivo da missão foi discutir a retomada da cooperação bilateral, interrompida desde o golpe de Estado de abril de 2012, no marco do acordo geral de cooperação econômica, científica, técnica e cultural que os dois países assinaram em 2007. A delegação angolana foi recebida pelo presidente da República, José Mário Vaz, pelo presidente da Assembleia Nacional Popular, Cipriano Cassamá, e pelo então primeiro-ministro Artur Silva.

A construção do porto de Buba, ao ofuscar o de Dacar, não seria do interesse do Senegal. A Dacar não agrada tampouco o envolvimento econômico, político e militar de Angola na região. Recorde-se que a presença da Missão Militar Angolana (MISSANG) foi apontada como uma das razões que teriam motivado a CEDEAO a apoiar o golpe de Estado de abril de 2012. A MISSANG foi encorajada, negociada e autorizada pelo ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, que, não tivesse havido o golpe, teria sido eleito presidente da República no segundo turno das eleições presidenciais, que se realizariam poucos dias após o golpe. Uma das primeiras medidas do governo de transição foi determinar a retirada da MISSANG.

Em favor das relações entre Angola e a Guiné-Bissau atuam as estreitas e históricas relações entre o MPLA e o PAIGC. Numerosa delegação do MPLA foi a Bissau em janeiro para prestigiar o congresso nacional do partido guineense. Por outro lado, a CEDEAO tem cortejado o PAIGC. No seu discurso na cerimônia de encerramento do congresso, o presidente do partido, Domingos Simões Pereira, agradeceu o apoio da CEDEAO relativamente ao impasse político-institucional em curso no país. Domingos Simões Pereira tinha em mente as sanções contra personalidades guineenses que estariam obstruindo a execução do Acordo de Conacri. O anúncio das sanções pela CEDEAO ocorreu praticamente no dia seguinte ao encerramento do congresso partidário.

Não obstante o apoio da CEDEAO ao PAIGC, cabe recordar que, em 2012, a organização oeste-africana apoiou o golpe de Estado de 12 de abril, que alijou o referido partido do poder. Ademais, é voz corrente entre os guineenses que o Senegal, desde a independência, tem interesse numa Guiné-Bissau fragilizada, política e militarmente, e pobre. Não se deve dissociar a questão da Casamance desse alegado interesse. Já o MPLA é um aliado histórico do PAIGC, e a densidade das relações bilaterais desde a independência de ambos os países há quarenta anos contrabalançaria o peso dos ressentimentos decorrentes da decisão do governo de transição de expulsar a MISSANG em 2012.

Ainda sobre a percepção de que existiria da parte de Dacar interesse em dificultar o desenvolvimento da Guiné-Bissau, os mesmos órgãos da imprensa local que deram destaque à missão de alto nível enviada por Luanda noticiaram, coincidentemente ou não, que, até o final do corrente ano, o presidente da República deseja ver renegociado com Dacar o acordo de partilha dos hidrocarbonetos que especialistas acreditam existirem na plataforma continental situada na Zona de Exploração Conjunta (ZEC)

que os dois países criaram em 1993. Assinado pelos então presidentes Nino Vieira, da Guiné-Bissau, e Abdou Diouf, do Senegal, o acordo estabelece que os hidrocarbonetos existentes na ZEC seriam repartidos na proporção de 85% para os senegaleses e 15% para os guineenses. O atual presidente guineense, José Mário Vaz, denunciou o acordo em dezembro de 2014, e propôs ao Senegal a reabertura de negociações para fixação de novas bases de exploração.

China e BRICS

A China tem interesses comerciais na Guiné-Bissau, concentrados sobretudo na exploração de madeira, e, por meio de uma política ativa de doação de equipamentos e de construção de prédios públicos, vem conquistando espaço junto ao governo. A China construiu o Palácio de Governo, o Palácio de Justiça e o Estádio de Bissau; reconstruiu o Palácio Presidencial e é uma grande doadora de equipamentos, como computadores, para uso da administração pública guineense. Foi um dos poucos países que não suspenderam iniciativas de cooperação bilateral após o golpe de 2012.

Embora os demais países do BRICS também contem com embaixadas residentes em Bissau, seus embaixadores tiveram atuação discreta ao longo da recente crise em torno da formação do novo Governo. Assim como a Embaixada da China, as embaixadas da Rússia, Índia e a África do Sul não têm participação ativa nas reuniões periódicas da comunidade internacional na capital bissau-guineense. China e Rússia opuseram-se às sanções impostas pela CEDEAO, quando da votação da Resolução 2404 do CSNU, em fevereiro de 2018.

ECONOMIA

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo. Sua economia é baseada no setor agrícola, que responde por 60% do PIB, 96% das exportações e 85% dos empregos do país. Os principais produtos são castanha de caju, arroz, milho, sorgo, banana e manga. Com disponibilidade de terras aráveis e de água, o setor primário tem amplo potencial de desenvolvimento, hoje limitado pela carência de infraestrutura e de investimentos. A indústria representa 12% do PIB guineense.

Após forte abalo econômico que se seguiu ao golpe de estado de 2012 (ano no qual o PIB regrediu 1,7%), o país vem seguindo trajetória de recuperação econômica. Registrou-se crescimento de 3,3% em 2013, de 6,1% em 2015 e de 5,9% em 2017, segundo dados do Banco Mundial. A estabilização política vem permitindo o regresso da cooperação técnica e dos parceiros econômicos do país, auxiliando o estado a expandir sua base fiscal e a melhorar a provisão de serviços públicos.

A agricultura guineense é de natureza familiar. Os pequenos produtores praticam agricultura de subsistência, responsável por 90% da produção alimentar do país. Também cultivado majoritariamente por pequenos agricultores, o cajueiro é a principal fonte de renda. A depender da safra, que é função das condições climáticas, e do preço mínimo de compra da castanha, que é fixado pelo governo, o caju injeta renda no conjunto da economia, em benefício da pequena agricultura familiar, sendo visto, nessas condições, como atividade que atua em prol do combate à pobreza. A castanha é destinada ao mercado internacional (*in natura*, sem agregação de valor) e constitui o principal produto da pauta de exportação. O principal comprador é a Índia, que, em 2017, comprou 170 mil das 200 mil toneladas produzidas no país. Além de grande consumidora do produto, a Índia industrializa a castanha, que exporta para Europa e Estados Unidos.

A situação alimentar revela-se difícil em todo o território: de acordo com o censo de 2009, 34% da população vive em situação de insegurança alimentar. A Guiné-Bissau tem condições de atingir a autossuficiência na produção de alimentos, com destaque para o arroz. A produtividade agrícola poderia aparentemente ser aumentada com medidas e políticas simples. As terras são extremamente férteis e apenas um terço do potencial agrário (excluídas as áreas florestais) é atualmente aproveitado.

O país também dispõe de abundantes recursos pesqueiros. A inexistência de frota e de infraestrutura adequada, contudo, impede a exploração desses recursos e resulta na venda de licenças de pesca a outras nações, sobretudo europeias. Há também potencial turístico, em especial no arquipélago de Bijagós. Quanto aos recursos minerais, o país dispõe de reservas de bauxita e fosfato. Há expectativas sobre a exploração de petróleo no país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1973	Amílcar Cabral é assassinado; PAIGC declara Guiné-Bissau independente.
1974	Após a Revolução dos Cravos, Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau; Luís Cabral, irmão de Amílcar, torna-se PR.
1980	Luís Cabral é deposto por golpe liderado por João Bernardo Vieira; plano de unificação de Cabo Verde e Guiné-Bissau é abandonado.
1990	Parlamento revoga o status do PAIGC de único partido legítimo.
1994	Vieira elege-se PR nas primeiras eleições livres do país.
1999	Vieira é deposto por militares aliados a Mané; com apoio de junta militar, Malam Bacai Sanhá, então Presidente da Assembleia Nacional, torna-se PR.
2000	Kumba Yalá é eleito PR.
2002	Kumba Yalá dissolve o Parlamento.
2003	Golpe militar depõe Kumba Yalá; Henrique Rosa, como PR, e António Artur Sanhá, como PM, assumem; partidos concordam em convocar eleições parlamentares e presidenciais.
2004	Vitória do PAIGC nas eleições parlamentares; Tagmé na Waie assume cargo de Comandante das FORÇAS ARMADAS.
2005	João Bernardo Vieira volta do exílio em Portugal, vence as eleições e, após alguns meses no Governo, demite Carlos Gomes Jr.
2007	O PM Aristides Gomes renuncia após moção de desconfiança do Parlamento e é substituído por Ndafo Cabi; partidos PAIGC, PRS e PUSD firmam pacto de estabilidade.
2008	Abandonado pelo PAIGC, pacto de estabilidade é interrompido; Vieira dissolve o Parlamento; Carlos Correia substitui Ndafo Cabi como PM; Vieira sobrevive a atentado; eleições legislativas são realizadas.
2009	Vieira e Tagmé Na Waie são assassinados (março); realização de eleições presidenciais antecipadas (julho); Malam Bacai Sanhá assume como novo PR (setembro); Bubo Na Tchuto retorna clandestinamente a Bissau, refugiando-se no UNOGBIS.
2010	Em 1º/abr, militares liderados pelo Vice-Chefe do EMGFA, Antonio Indjai, prendem o Chefe do EMGFA, Zamora Induta, e o Chefe do Serviço de Informação, Samba Djaló; “libertam” Bubo Na Tchuto do UNIOGBIS; e detêm temporariamente o PM. Uma vez libertado, o PM viaja para Cuba, para tratamento médico.
2012	Ruptura da ordem constitucional.
2014	Eleições gerais, com ampla vitória do PAIGC na ANP (57 dos 102 assentos). José Mário Vaz, também do PAIGC, foi eleito presidente.
2015	Exoneração do primeiro-ministro Domingos Simões Pereira. Nomeação de Baciro Djá para o cargo de primeiro-ministro, desautorizada pelo Poder Judiciário (Acórdão 01/2015). Nomeação de Carlos Correia para o cargo de primeiro-ministro.
2016	Exoneração de Carlos Correia, por não ter aprovado programa de governo perante a ANP (maio). Nova nomeação de Baciro Djá para o cargo de primeiro-ministro; exonerado após 2 meses. Negociação do Acordo de Conacri (outubro). Nomeação de Umaro Sissoko para o cargo de primeiro-ministro (dezembro).
2018	Exoneração de Umaro Sissoko (janeiro). Nomeação de Artur Silva para o cargo de primeiro-ministro (30 de janeiro). Missão da CEDEAO a Bissau, resultando na imposição de sanções (31 de janeiro). Resolução 2404 do CSNU (fevereiro). Nomeação de Aristides Gomes para o cargo de primeiro-ministro (abril). Foi o sétimo primeiro-ministro a tomar posse desde as eleições de 2014. Aprovação do programa de governo de Aristides Gomes (junho).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	Reconhecimento da independência da GB pelo Brasil – o primeiro país do Ocidente a fazê-lo – e estabelecimento das relações diplomáticas com o país (julho); criação da Embaixada do Brasil em Bissau (setembro).
1979	Realização da I COMISTA.
1980	Visita do PR Luís Cabral ao Brasil, no contexto da II COMISTA.
1983	Visita do PR João Baptista Figueiredo a Bissau, no contexto da III COMISTA (nov).
1984	Visita do PR João Bernardo Vieira ao Brasil.
1989	Visita do PR João Bernardo Vieira ao Brasil por ocasião do encontro de Chefes de Estado de Língua Portuguesa.
1997	Visita do PR João Bernardo Vieira ao Brasil.
1999	Visita do PM Francisco Fadul ao Brasil (set).
2002	Assinatura de ato para a implementação do Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau.
2005	Visita do Sr ME à Guiné-Bissau (jan).
2005	Visita do Sr PR à Guiné-Bissau (abr).
2006	Visita de trabalho do MNE António Isaac Monteiro ao Brasil.
2006	VI Cimeira da CPLP em Bissau, com apoio do Governo brasileiro.
2007	Visita oficial do PR João Bernardo Vieira ao Brasil; Brasil é eleito, por aclamação, para presidir a configuração da CCP para GB.
2008	Visita do Sr ME (abr); e de Missão da CREDEN do Senado Federal; doação brasileira (US\$ 430 mil) às eleições legislativas.
2009	Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Bissau (mar).
2009	Missão do TSE a Bissau (apoio às eleições presidenciais e doação de US\$ 300 mil); Sr. SGAP-III e Sra RP do Brasil na ONU comparecem à posse do PR Sanhá (setembro); visita do Sr. ME a Bissau (out).
2010	Visita do PR Malam Bacai Sanhá ao Brasil (ago).
2011	Participação do PR Malam Bacai Sanhá na posse da PR Dilma Rousseff (jan); visita do MERE Antonio Patriota a Bissau (jul).
2015	Participação do PR JOMAV na segunda posse da PR Dilma Rousseff.
2016	Participação do PM Baciroté Djá na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília.
2016	Participação do chanceler Soares Sambu na Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília.
2018	Nomeação do embaixador José Viegas Filho como Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau (4 de maio).

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA	PUBLICAÇÃO
Conclusão dos Contratos no Setor da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.	19/06/1976	19/06/1976	-
Memorando de Entendimento entre as delegações brasileira e bissau-guineense	21/06/1976	21/06/1976	-
Acordo de Comércio	18/05/1978	07/08/1979	04/09/1979

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	18/05/1978	01/08/1979	19/03/1980
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio	18/05/1978	29/07/1980	19/11/1980
Protocolo de Intenções em Matéria de Energia	03/07/1984	03/07/1984	-
Protocolo de Intenção entre o Governo da República da Guiné-Bissau e o Governo da República Federativa do Brasil	17/08/1988	17/08/1988	-
Protocolo de Intenções para Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área de Trabalho	20/08/1993	20/08/1993	-
Protocolo de Intenções Visando Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área do Trabalho com Ênfase às Questões de Formação e Desenvolvimento Profissional	20/08/1993	20/08/1993	-
Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo	10/07/1997	Em ratificação da outra parte	-
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	Situação especial	-
Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa	06/06/2006	Situação especial	-
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública na Guiné-Bissau	09/11/2007	09/11/2007	28/11/2007
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau”	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Transferência de Conhecimento e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné-Bissau”	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária na Guiné-Bissau”	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Assembleia Nacional Popular Bissau-Guineense”	09/06/2008	09/06/2008	-
Programa Executivo relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República da Guiné Bissau e o Governo da República	13/08/2008	13/08/2008	26/11/2010

Federativa do Brasil para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Gestão Pública na Guiné-Bissau”			
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Apoio à Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau”	12/09/2008	12/09/2008	26/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau”	07/12/2009	07/12/2009	13/01/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Guiné Bissau para Implementação do Projeto “Apoio na Formulação e Monitoramento do Programa Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné Bissau”	25/03/2010	25/03/2010	03/06/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas”	28/05/2010	28/05/2010	21/10/2010
Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação da Guiné-Bissau”	06/07/2010	06/07/2010	26/11/2010
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	25/08/2010	Em ratificação da outra parte	-
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado das Pescas da República da Guiné-Bissau.	25/08/2010	25/08/2010	-
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010
Memorando de Entendimento em Matéria de Educação Superior	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica das Instituições de Saúde para Atendimento às Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Baseada em Gênero e Promoção de Saúde”	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Programa de Combate ao HIV/SIDA na Guiné-Bissau	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010

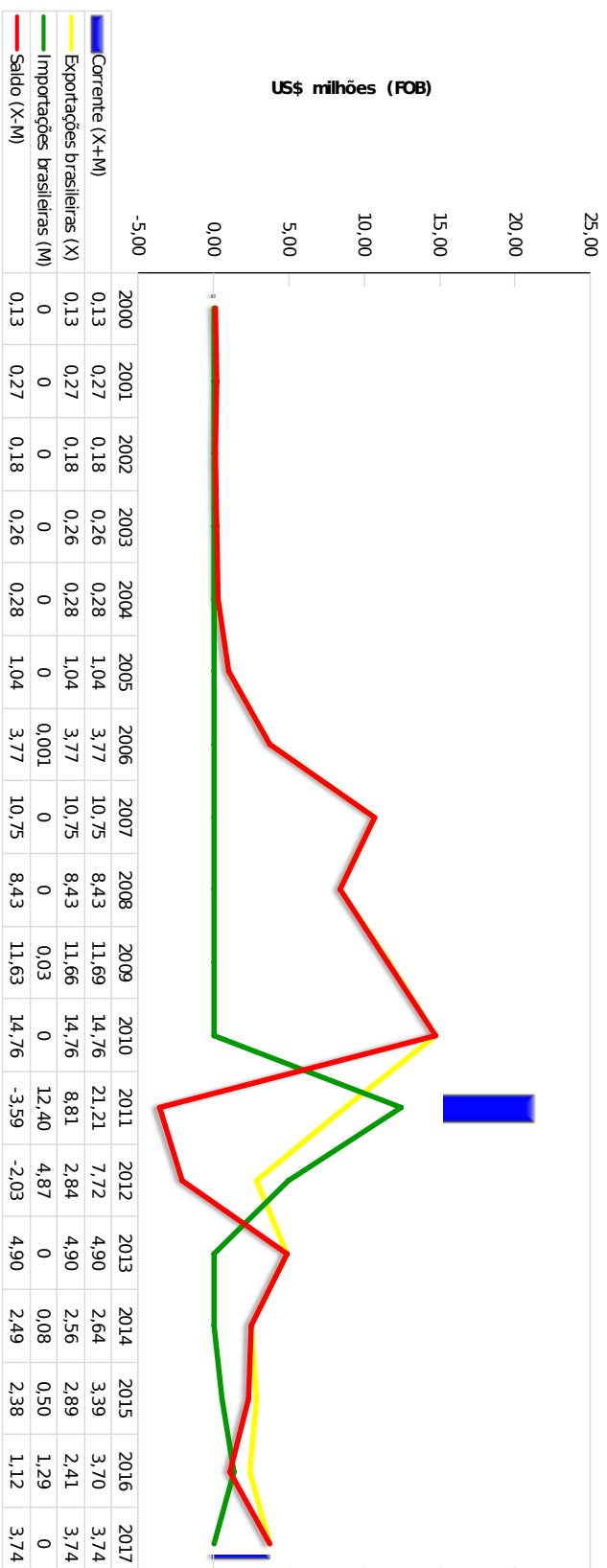
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”	20/07/2011	20/07/2011	19/05/2016
--	------------	------------	------------

MAPA DA GUINÉ-BISSAU



ANEXO ESTATÍSTICO

Comércio Brasil-Guiné-Bissau

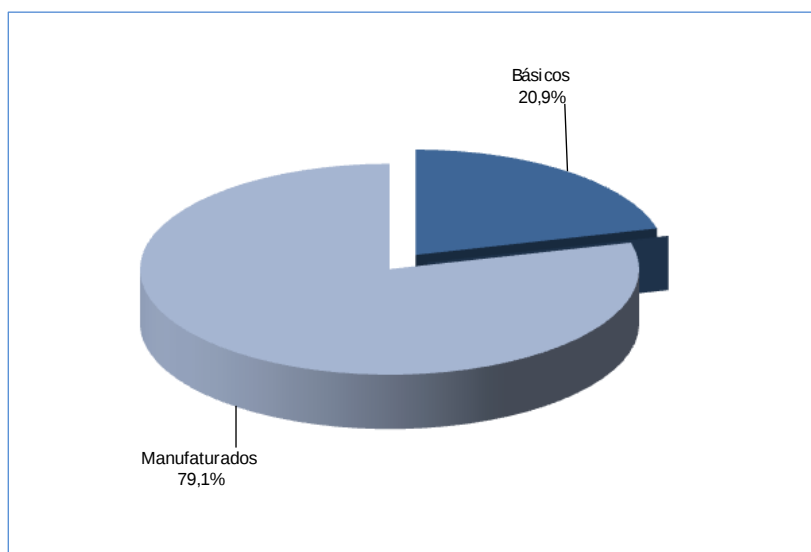


Elaborado pelo MRE/DPA/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/C/SECEX, junho de 2018.

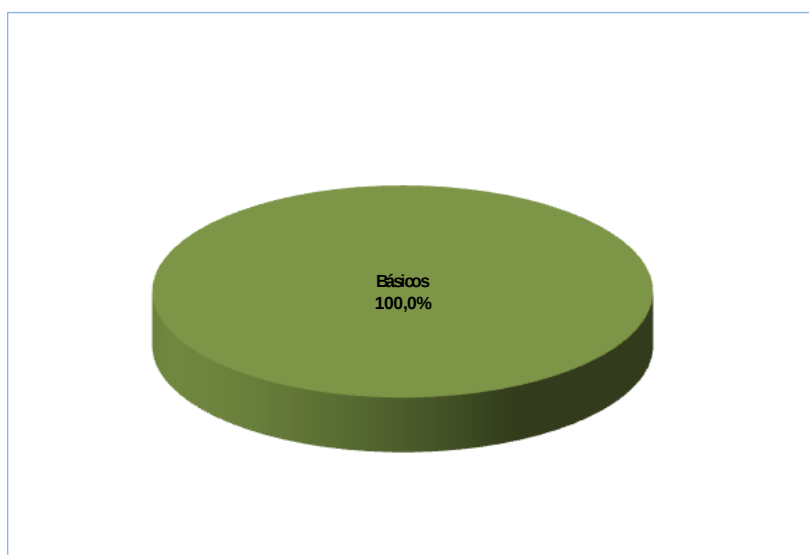
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	1,63	0	1,63	1,63
2018 (jan-mai)	0,75	0,96	1,71	-0,20

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Exportações (2017)



Importações (2016)



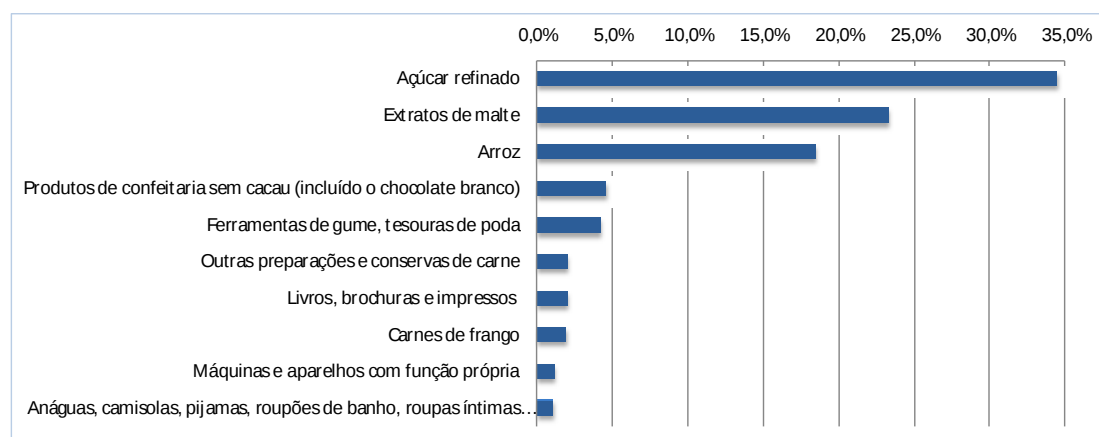
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Guiné-Bissau (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar refinado	901	31,2%	619	25,7%	1.286	34,4%
Extratos de malte	615	21,3%	532	22,1%	870	23,3%
Arroz	134	4,6%	0	0,0%	690	18,4%
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	32	1,1%	51	2,1%	170	4,6%
Ferramentas de gume, tesouras de poda	94	3,3%	79	3,3%	156	4,2%
Outras preparações e conservas de carne	210	7,3%	188	7,8%	75	2,0%
Livros, brochuras e impressos	0	0,0%	12	0,5%	74	2,0%
Carnes de frango	237	8,2%	401	16,6%	72	1,9%
Máquinas e aparelhos com função própria	95	3,3%	0	0,0%	42	1,1%
Anáguas, camisolas, pijamas, roupões de banho, roupas íntimas de malha, de uso feminino	7	0,2%	60	2,5%	39	1,0%
Subtotal	2.325	80,6%	1.942	80,5%	3.474	92,9%
Outros	561	19,4%	469	19,5%	267	7,1%
Total	2.886	100,0%	2.411	100,0%	3.740	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

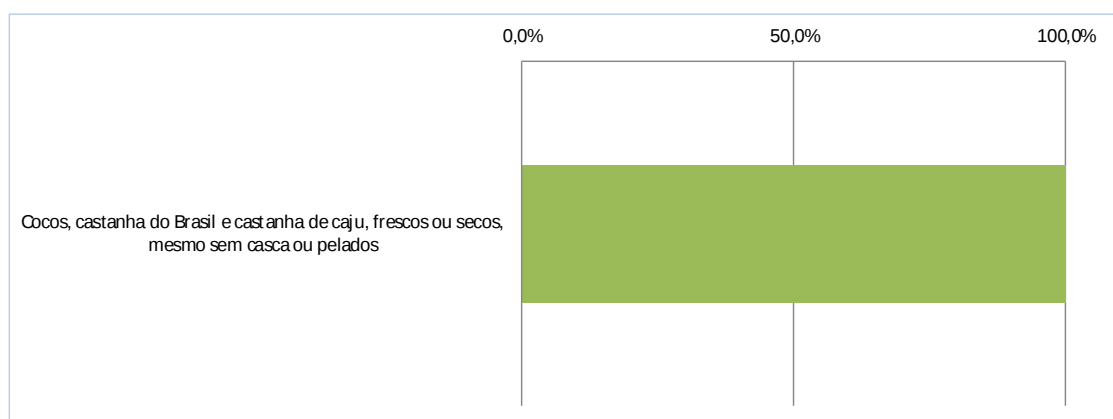


Composição das importações brasileiras originárias da Guiné-Bissau (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados	504	100,0%	1.292	100,0%	0	100,0%
Subtotal	504	100,0%	1.292	100,0%	0	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	504	100,0%	1.292	100,0%	0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Produto importado pelo Brasil, 2016



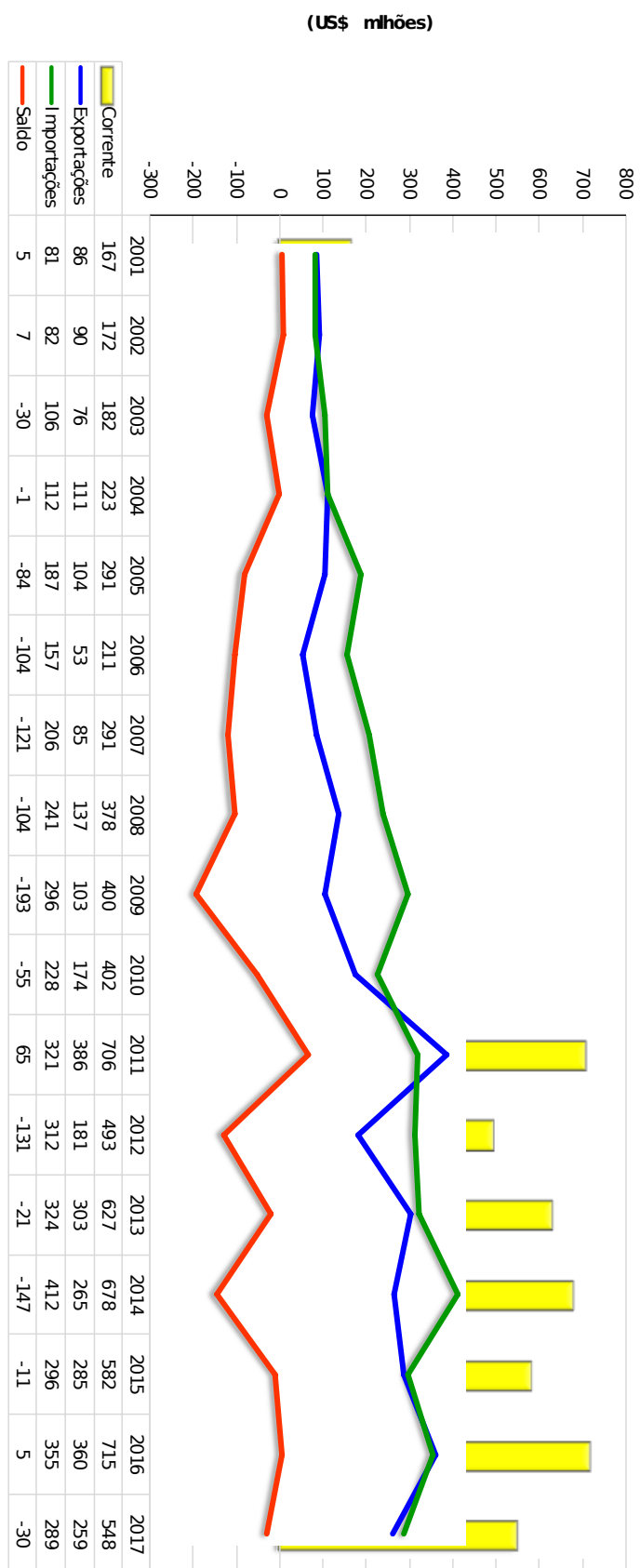
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Açúcar refinado	618	38,0%	209	27,8%	Açúcar refinado 27,8%
Extratos de malte	246	15,1%	117	15,6%	Extratos de malte 15,6%
Álcool etílico com teor alcoólico inferior a 80% e aguardentes	0	0,0%	103	13,7%	Álcool etílico com teor alcoólico inferior a 80% e aguardentes 13,7%
Arroz	243	14,9%	78	10,4%	Arroz 10,4%
Carnes de frango	72	4,4%	65	8,7%	Carnes de frango 8,7%
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0	0,0%	43	5,7%	Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação 5,7%
Outras preparações e conservas de carne	39	2,4%	34	4,5%	Outras preparações e conservas de carne 4,5%
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	157	9,7%	28	3,7%	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco) 3,7%
Anágua, camisolas, pijamas, roupões de banho, roupas íntimas de malha, de uso feminino	17	1,1%	21	2,8%	Anágua, camisolas, pijamas, roupões de banho, roupas íntimas de malha, de uso feminino 2,8%
Caixas, sacos e outras embalagens, de papel, cartão	14	0,9%	10	1,4%	Caixas, sacos e outras embalagens, de papel, cartão 1,4%
Subtotal	1.407	86,5%	708	94,4%	
Outros	219	13,5%	42	5,6%	
Total	1.627	100,0%	751	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos	0	100,0%	955	100,0%	Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos 100,0%
Subtotal	0	100,0%	955	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	0	100,0%	955	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Comércio Guiné-Bissau x Mundo



Elaborado pelo MRE/DP/IDC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

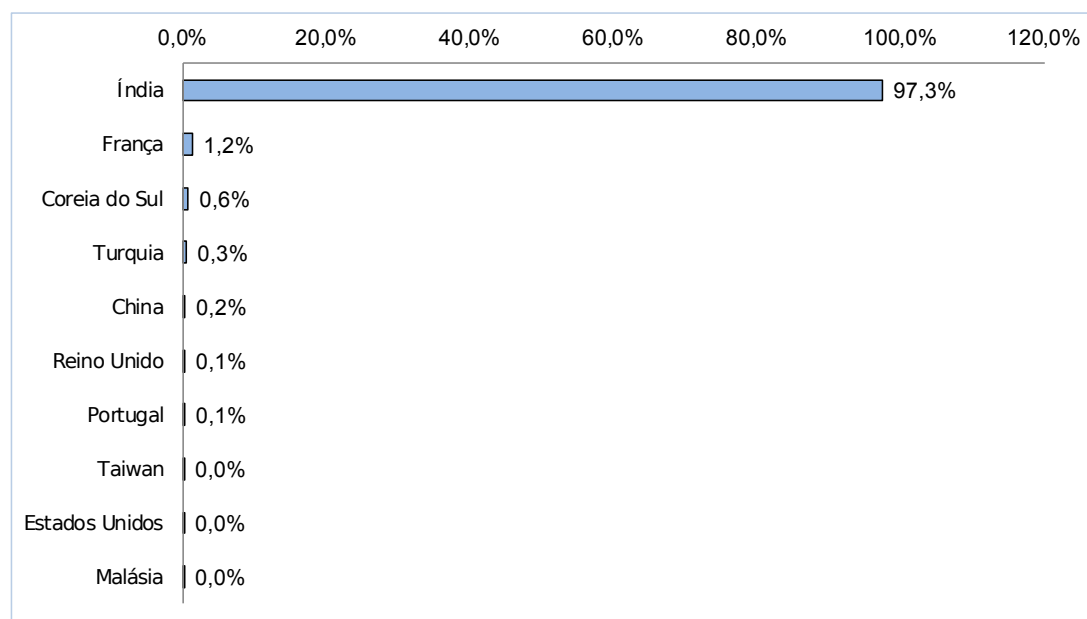
Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Guiné-Bissau
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Índia	252,45	97,3%
França	3,07	1,2%
Coreia do Sul	1,64	0,6%
Turquia	0,90	0,3%
China	0,40	0,2%
Reino Unido	0,32	0,1%
Portugal	0,30	0,1%
Taiwan	0,08	0,0%
Estados Unidos	0,02	0,0%
Malásia	0,02	0,0%
...		
Brasil (62º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	259,18	99,9%
Outros países	0,15	0,1%
Total	259,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, 1º de junho 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

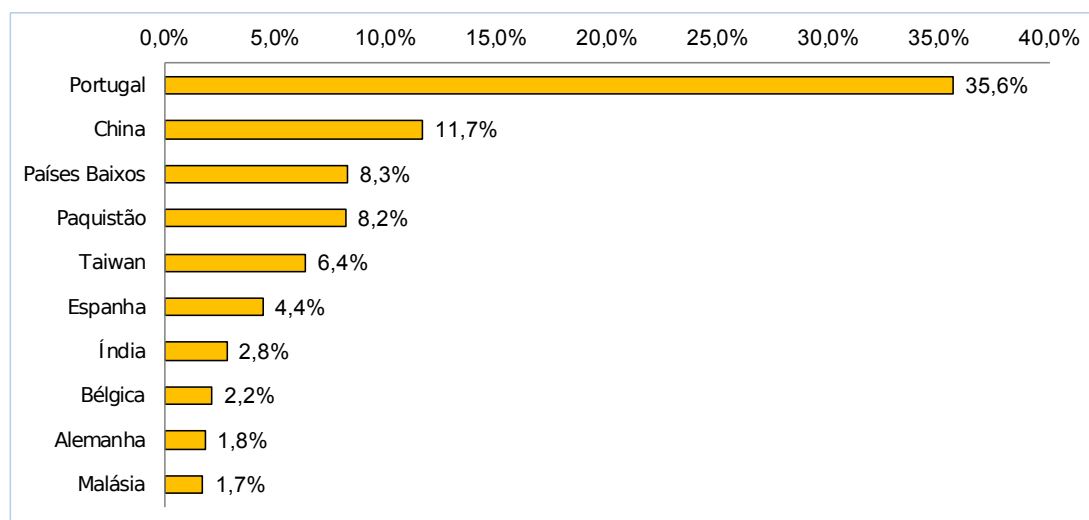


Principais origens das importações de Guiné-Bissau
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Portugal	102,99	35,6%
China	33,71	11,7%
Países Baixos	23,90	8,3%
Paquistão	23,63	8,2%
Taiwan	18,40	6,4%
Espanha	12,81	4,4%
Índia	8,08	2,8%
Bélgica	6,21	2,2%
Alemanha	5,26	1,8%
Malásia	5,01	1,7%
...		
Brasil (17º lugar)	3,74	1,3%
Subtotal	243,74	84,3%
Outros países	45,25	15,7%
Total	288,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, 1 June 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



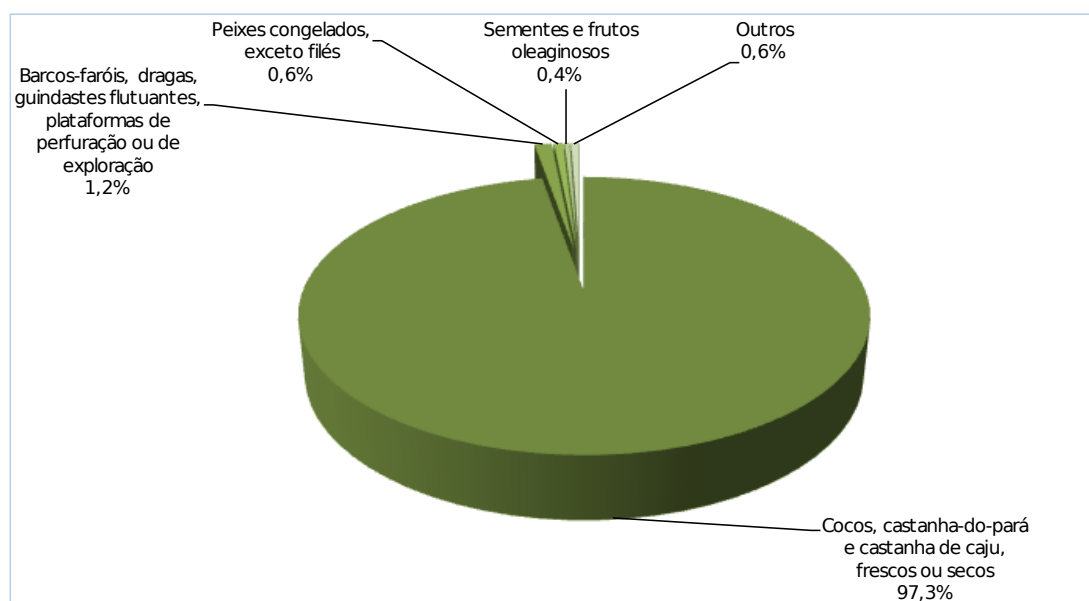
Composição das exportações de Guiné-Bissau (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos	252,21	97,3%
Barcos-faróis, dragas, guindastes flutuantes, plataformas de perfuração ou de exploração	3,07	1,2%
Peixes congelados, exceto filés	1,64	0,6%
Sementes e frutos oleaginosos	0,97	0,4%
Subtotal	257,88	99,4%
Outros	1,45	0,6%
Total	259,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, 1^a de junho de 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais grupos de produtos exportados



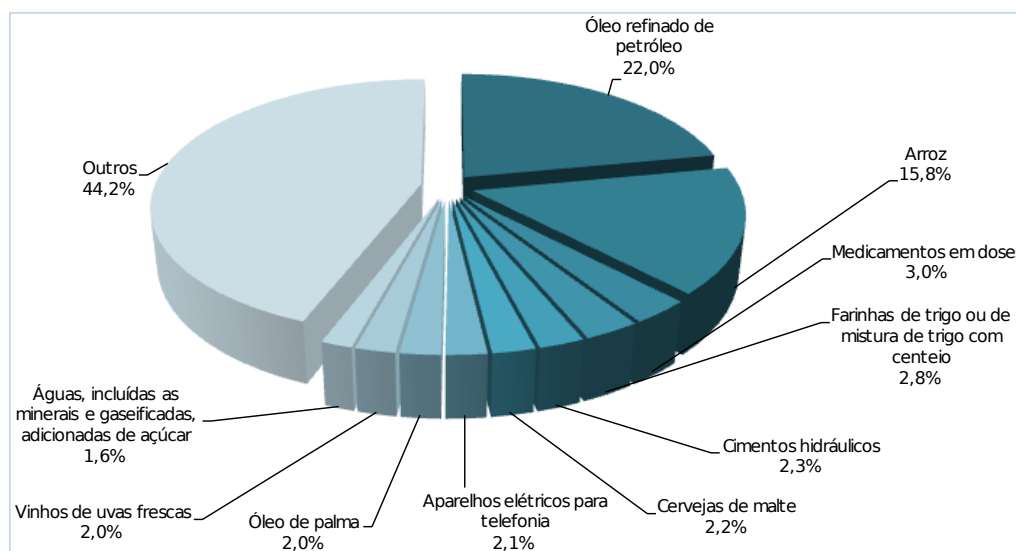
Composição das importações de Guiné-Bissau (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Óleo refinado de petróleo	63,59	22,0%
Arroz	45,71	15,8%
Medicamentos em doses	8,67	3,0%
Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	8,14	2,8%
Cimentos hidráulicos	6,64	2,3%
Cervejas de malte	6,29	2,2%
Aparelhos elétricos para telefonia	5,97	2,1%
Óleo de palma	5,88	2,0%
Vinhos de uvas frescas	5,82	2,0%
Águas, incluídas as minerais e gaseificadas, adicionadas de açúcar	4,56	1,6%
Subtotal	161,27	55,8%
Outros	127,72	44,2%
Total	288,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Guiné-Bissau

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	5,76%	5,50%	5,50%	5,50%	5,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,17	1,35	1,58	1,73	1,88
PIB nominal "per capita" (US\$)	700	794	910	973	1.036
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,92	3,14	3,39	3,65	3,91
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.755	1.845	1.948	2.054	2.152
População (milhões habitantes)	1,66	1,70	1,74	1,78	1,82
Inflação (%) ⁽²⁾	1,56%	-1,26%	2,00%	2,30%	2,45%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,34%	0,06%	-3,25%	-2,60%	-2,35%
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	622,30	547,00	542,10	546,60	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	44,1%
Indústria	12,9%
Serviços	43,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

